

## **Demonstrações Financeiras**

### **SPAT Saneamento S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

Índice

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras ..... 1**

**Demonstrações financeiras**

Balanco patrimonial ..... 4  
Demonstração do resultado ..... 5  
Demonstração do resultado abrangente ..... 6  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido ..... 7  
Demonstração dos fluxos de caixa..... 8

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

1. Informações sobre a Companhia ..... 9  
2. Políticas contábeis ..... 10  
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas ..... 25  
4. Caixa e equivalentes de caixa..... 25  
5. Contas a receber e outros recebíveis..... 26  
6. Impostos e contribuições a recuperar..... 26  
7. Fornecedores e outras contas a pagar..... 27  
8. Financiamentos..... 27  
9. Obrigações fiscais..... 29  
10. Provisão para perdas com causas judiciais ..... 30  
11. Patrimônio líquido ..... 30  
12. Gerenciamento do capital ..... 32  
13. Instrumentos financeiros ..... 32  
14. Imposto de renda e contribuição social diferido..... 38  
15. Receita líquida ..... 38  
16. Custos e despesas..... 39  
17. Resultado financeiro ..... 39  
18. Partes relacionadas ..... 39  
19. Cobertura de seguros ..... 40  
20. Compromissos ..... 41

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e administradores da  
**SPAT Saneamento S.A.**  
Suzano - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da SPAT Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPAT Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia ainda não obteve e não possui formalizado nos termos e condições do contrato vigente a renovação da Concessão regida pelos termos do Edital de Licitação da Concorrência Internacional e contrato de concessão. Os planos da administração para continuidade operacional da Companhia estão descritos na Nota 1 e esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-SP034519/O



Lazaro Angelim Serruya  
Contador CRC-DF015801/O

## SPAT Saneamento S.A.



### Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.555	29.193	Fornecedores	7	7.842	4.704
Depósitos bancários vinculados		11.718	-	Financiamentos	8	42.215	38.726
Contas a receber e outros recebíveis	5	118.715	95.864	Passivo de arrendamento		186	210
Impostos e contribuições a recuperar	6	6.541	4.539	Obrigações fiscais	9	10.026	8.238
Outros ativos		3.100	2.091	Dividendos e juros de capital próprio a pagar		6.808	1.057
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>184.629</b>	<b>131.687</b>	Imposto de renda e contribuição social a pagar		116	-
				Outras obrigações		1.489	1.446
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>68.682</b>	<b>54.381</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber e outros recebíveis	5	2.657	88.433	Financiamentos	8	3.676	45.175
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.398	6.874	Passivo de arrendamento		-	486
Outros ativos		964	1.296	Obrigações fiscais	9	383	8.952
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>6.019</b>	<b>96.603</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	16.480	26.715
				Provisão para perda em causas judiciais	10	20	26
Imobilizado		206	240	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>20.559</b>	<b>81.354</b>
Ativos de direito de uso		183	666	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível		8	20	Capital social	11	84.430	71.000
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.416</b>	<b>97.529</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	13.430
				Reserva de lucros	11	17.374	9.051
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>101.804</b>	<b>93.481</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>89.241</b>	<b>135.735</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>191.045</b>	<b>229.216</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>191.045</b>	<b>229.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPAT Saneamento S.A.



### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	76.998	61.765
Custo dos serviços prestados	16	(42.982)	(33.727)
<b>Lucro bruto</b>		<b>34.016</b>	<b>28.038</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	16	(12.503)	(12.780)
Outras receitas líquidas		3	114
<b>Resultado antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>21.516</b>	<b>15.372</b>
Receitas financeiras	17	8.086	2.070
Despesas financeiras	17	(7.043)	(9.864)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>1.043</b>	<b>(7.794)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.559</b>	<b>7.578</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(17.663)	(12.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	10.235	14.288
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>15.131</b>	<b>9.004</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SPAT Saneamento S.A.



### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

---

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>15.131</u>	<u>9.004</u>
Resultado abrangente total	<u><b>15.131</b></u>	<u><b>9.004</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>71.000</b>	-	<b>8.600</b>	<b>6.315</b>	-	<b>85.915</b>
Distribuição de dividendos		-	-	-	(6.315)	-	(6.315)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	13.430	-	-	-	13.430
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.004	9.004
Constituição de reservas		-	-	450	1	(451)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(8.163)	(8.163)
Distribuição de lucro intermediário		-	-	-	-	(390)	(390)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	11	<b>71.000</b>	<b>13.430</b>	<b>9.050</b>	<b>1</b>	-	<b>93.481</b>
Conversão de AFAC em capital social		13.430	(13.430)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.131	15.131
Reserva Legal	11	-	-	756	-	(756)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	(6.808)	(6.808)
<b>Reserva de lucros</b>	11	-	-	-	7.567	(7.567)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	11	<b>84.430</b>	-	<b>9.806</b>	<b>7.568</b>	-	<b>101.804</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		22.559	7.578
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		356	1.304
Provisão (reversão) para perda em causas judiciais	10	(6)	6
Baixa de intangível e ativo de direito de uso		(57)	-
Receita com acordo de arbitragem SABESP	15	(1.534)	(1.079)
PIS e COFINS diferidos	9	(6.936)	(6.605)
Juros sobre atualização do contas a receber de clientes	15	(11.166)	(12.257)
Juros sobre atualização dos impostos a recuperar		(1.160)	-
Juros incorridos sobre financiamentos e arrendamentos	17	6.234	7.871
Outras despesas		-	1.252
		<b>8.290</b>	<b>(1.930)</b>
Variações em:			
Redução em contas a receber e outros recebíveis	5	63.402	74.351
Redução em impostos e contribuições a recuperar	6	3.634	1.561
Aumento em outros ativos		(677)	(1.104)
Aumento (redução) em fornecedores	7	3.138	(3.184)
Aumento em outras obrigações		43	389
Aumento (redução) em obrigações fiscais	9	155	(1.813)
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<b>77.985</b>	<b>68.270</b>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber		11.166	12.257
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.547)	(14.989)
Juros pagos de financiamentos e arrendamentos		(5.853)	(7.856)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>65.751</b>	<b>57.682</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de ativos imobilizado e intangíveis		(53)	(4)
Depósitos bancários vinculados		(11.718)	-
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(11.771)</b>	<b>(4)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos		(38.618)	(35.943)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	(19.011)
Adiantamento para o futuro aumento de capital		-	13.430
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(38.618)</b>	<b>(41.524)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>15.362</b>	<b>16.154</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	4	<b>29.193</b>	<b>13.039</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	4	<b>44.555</b>	<b>29.193</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Informações sobre a Companhia**

### **1.1. Considerações gerais**

A SPAT Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, nº 700.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela diretoria em 31 de janeiro de 2023.

### **1.2. Contexto operacional**

A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada (PPP) com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m<sup>3</sup>/s de água tratada para os atuais 15 m<sup>3</sup>/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT. A operação da Companhia é regida pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão".

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento original em 01 de fevereiro de 2024, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) ao final do prazo da concessão. A renovação do prazo contratual foi solicitada junto a Sabesp no dia 23 de novembro de 2021 e se encontra em estudo conforme manifestação formal pela Sabesp em 31 de janeiro de 2022. Tal renovação está prevista no contrato de concessão, desde que seja solicitado 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes. A expectativa é concluir o tema até o início do segundo semestre de 2023, dado que o contrato de concessão estabelece que as partes deverão seguir os trâmites de desmobilização a partir de 180 dias antes do término da vigência.

### **1.3. Impactos causados pela pandemia da COVID-19**

Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro com impactos pela pandemia do Covid-19, os impactos financeiros e econômicos ainda continuam de alguma forma e mudanças adicionais nas estimativas que podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia avaliou e considera que não ocorreram impactos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## **2. Políticas contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.2 Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### **2.3 Receita de contrato com cliente**

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, ao qual foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

#### **a) Contratos de concessão de serviços e construção**

A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da contraprestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Essa margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Margem bruta sobre contrato de construção	11,56%	11,56%

**b) Receita de ativo financeiro**

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Juros efetivos do contrato de concessão	9,71%	6,58%

**c) Receita de serviços de operação**

A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SABESP.

## **2.4 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- Despesas com juros sobre financiamentos e arrendamentos; e
- Outras despesas e receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

## 2.5 Tributos

### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

## 2.6 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## 2.7 Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## 2.8 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.3 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subseqüente*

Para fins de mensuração subseqüente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

*iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.9 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**2.10 Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **2.11 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **2.12 Provisões**

#### **a) Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **b) Provisão para perdas em causas judiciais**

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.13 Benefícios a empregados**

#### **a) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós-emprego.

**2.14 Ajustes a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

**2.15 Arrendamento**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

## **2.16 Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

## **2.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - realização do contas a receber e outros recebíveis provenientes do contrato de construção; e
- Nota Explicativa nº 10 - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em causas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média de remuneração	2022	2021
<b>Caixa</b>			
Saldos bancários		82	10.884
<b>Equivalentes de caixa</b>			
Fundos de investimento – Renda			
Fixa	12,81% 2022 e 4,71% 2021	44.473	18.309
<b>Total</b>		<b>44.555</b>	<b>29.193</b>

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

## 5. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2022	2021
Recebíveis de contratos de concessão		110.823	166.147
Acordo de arbitragem a receber SABESP		10.532	18.170
(-) Ajuste a valor presente		(2.404)	(3.468)
Conta corrente e operações mensais – partes relacionadas	18	2.421	3.448
Circulante		118.715	95.864
Não circulante		2.657	88.433
<b>Total</b>		<b>121.372</b>	<b>184.297</b>

A movimentação dos recebíveis de clientes é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>236.402</b>
Receita decorrente de serviços de operação	46.436
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	12.257
Receita decorrente de serviços de construção	8.307
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período	(137.255)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>166.147</b>
Receita decorrente de serviços de operação	67.860
Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	11.166
Receita decorrente de serviços de construção	4.329
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período	(138.679)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>110.823</b>

## 6. Impostos e contribuições a recuperar

	2022	2021
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido - ativo financeiro	4.725	5.708
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido - ativo financeiro	1.026	1.239
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - diferido	656	2.285
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - diferido	190	611
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	2.342	486
Impostos federais com pedido de restituição	-	1.084
Circulante	6.541	4.539
Não circulante	2.398	6.874
<b>Total</b>	<b>8.939</b>	<b>11.413</b>

## 7. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2022	2021
Fornecedores diversos		7.711	4.573
Operações mensais – partes relacionadas	18	131	131
<b>Total</b>		<b>7.842</b>	<b>4.704</b>

### Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

Os compromissos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

2022	Compromissos futuros	12 meses	13-24 meses	
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>				
Compromissos com contratos	14.533	13.998	535	

  

2021	Compromissos futuros	12 meses	13-24 meses	25-36 meses
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>				
Compromissos com contratos	29.467	21.643	7.810	14

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

## 8. Financiamentos

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2022	2021
			a.a. (%) (*)	Vencimento		
BNDES - partes relacionadas	18	TJLP + Spread	10,00	2024	45.918	83.993
(-) Custo de transação				2024	(27)	(92)
Circulante					42.215	38.726
Não circulante					3.676	45.175
<b>Total</b>					<b>45.891</b>	<b>83.901</b>

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

a) Termos e cronograma de vencimentos

As principais garantias do contrato de financiamento junto ao BNDES são:

- Cessão fiduciária de recebíveis e de penhor de ações de emissão da SPAT Saneamento S.A., pertencentes aos seus acionistas;
- Fiança bancária direta através do Banco Bradesco S.A., limitada a R\$ 25.000.000,00 prestada em caráter irrevogável e irretratável até 19/01/2024;
- Conta Reserva (Banco Itaú, agência 2001, conta 75709-1) em nome da SPAT Saneamento em montante equivalente as três parcelas vincendas do contrato de financiamento.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 meses</b>	<b>25 a 30 meses</b>
Financiamentos (*)	45.918	42.241	3.677	-

<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 meses</b>
Financiamentos (*)	83.993	38.793	41.590	3.610

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

A Companhia deve atender aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3; e
- Estoque da dívida menor ou igual a 3,5.

O cálculo dos índices mencionados acima é efetuado com base nos valores apurados nos últimos 12 meses constantes das referidas demonstrações financeiras e em 31 de dezembro de 2022 todos os índices foram atendidos.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa de financiamento e arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Financiamentos	Arrendamentos	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>119.608</b>	<b>29</b>	<b>119.637</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Amortização de principal	(35.722)	(221)	(35.943)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(35.722)</b>	<b>(221)</b>	<b>(35.943)</b>
<b>Outras variações</b>			
Captação	-	888	888
Provisão de juros	7.794	77	7.871
Pagamento de juros	(7.779)	(77)	(7.856)
<b>Total de outras variações</b>	<b>15</b>	<b>888</b>	<b>903</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>83.901</b>	<b>696</b>	<b>84.597</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Amortização de principal	(38.391)	(227)	(38.618)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(38.391)</b>	<b>(227)</b>	<b>(38.618)</b>
<b>Outras variações</b>			
Captação	-	275	275
Baixa	-	(558)	(558)
Provisão de juros	6.187	47	6.234
Pagamento de juros	(5.806)	(47)	(5.853)
<b>Total de outras variações</b>	<b>381</b>	<b>(283)</b>	<b>98</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>45.891</b>	<b>186</b>	<b>46.077</b>

## 9. Obrigações fiscais

	2022	2021
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido	8.315	14.014
Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido	1.805	3.042
Programa de Integração Social (PIS)	11	
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	126	30
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	116	97
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	36	7
Circulante	10.026	8.238
Não circulante	383	8.952
<b>Total</b>	<b>10.409</b>	<b>17.190</b>

## 10. Provisão para perdas com causas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos.

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas.

	Trabalhistas	Ambientais	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2021</b>	<b>21</b>	<b>1.693</b>	<b>1.714</b>
Adições	5	166	171
Baixas/reversões	-	(1.859)	(1.859)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>26</b>
Adições	2	-	2
Baixas/reversões	(8)	-	(8)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>20</b>

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras como sendo de risco possível, são de natureza trabalhista e tributária, no montante de R\$236 em 31 de dezembro de 2022 (R\$509 em 31 de dezembro de 2021).

## 11. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$84.430 (R\$71.000 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 84.430.000 ações ordinárias (71.000.000 em 31 de dezembro de 2021), pertencentes aos seguintes acionistas:

	2022	2021
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

No decorrer da execução do contrato de concessão, o Capital Social não poderá ser reduzido sem a prévia e expressa autorização da SABESP.

Em 30 de abril de 2022, conforme Assembleia Geral Ordinária, a Companhia realizou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital em capital social no montante de R\$13.430.

b) Reserva de lucros

	2022	2021
Reserva legal	9.806	9.050
Reserva de retenção de lucros	7.568	1
<b>Total</b>	<b>17.374</b>	<b>9.051</b>

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio 2022-2026 aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2021. O Plano de Negócio 2022-2026 foi revisado, aprovado e ratificado pela alta administração durante o exercício de 2022 em vista as suas projeções.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina a Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato do BNDES e, dentre essas obrigações, ficou estipulado que, sem a prévia anuência expressa pelo BNDES, a Companhia não poderá efetuar a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, seja ela sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, amortização de dívida subordinada, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações, participação nos resultados ou honorários a qualquer título, a menos que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- Os recursos distribuídos sejam referentes a lucros líquidos apurados sobre fatos financeiros recorrentes;
- Os indicadores estabelecidos no contrato do BNDES permaneçam comprovadamente atendidos, tanto antes, quanto após a distribuição em questão; e
- A beneficiária esteja adimplente com todas as obrigações estabelecidas no contrato do BNDES.

A Companhia atribuiu dividendos e juros sobre capital próprio conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos mínimos obrigatórios atribuídos	6.808	390
Juros sobre capital próprio atribuídos	-	8.163
<b>Total</b>	<b>6.808</b>	<b>8.553</b>

## 12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	89.241	135.735
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(56.273)	(29.193)
<b>(=) Dívida líquida (A)</b>	<b>32.968</b>	<b>106.542</b>
Total do patrimônio líquido (B)	101.804	93.481
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>0,32</b>	<b>1,14</b>

## 13. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.473	18.309	82	10.884	-	-
Depósitos bancários vinculados		11.718	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	121.372	184.297	-	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>56.191</b>	<b>18.309</b>	<b>121.454</b>	<b>195.181</b>	-	-
Fornecedores	7	-	-	-	-	7.842	4.704
Financiamentos (*)	8	-	-	-	-	45.918	83.993
Arrendamentos		-	-	-	-	186	696
<b>Passivos financeiros</b>		-	-	-	-	<b>53.946</b>	<b>89.393</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A diretoria é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a SABESP e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente, a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em 22 de julho de 2022 foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AAA (bra), o qual reflete a capacidade desse cliente em honrar de forma pontual e integral com o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.555	29.193
Depósitos bancários vinculados		11.718	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	121.372	184.297
Circulante		174.988	125.057
Não circulante		2.657	88.433
<b>Total</b>		<b>177.645</b>	<b>213.490</b>

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2022	2021
Financiamentos (*)	8	45.918	83.993
Arrendamentos		186	696
Fornecedores	7	7.842	4.704
Circulante		50.269	43.707
Não circulante		3.677	45.686
<b>Total</b>		<b>53.946</b>	<b>89.393</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 meses	25 a 30 meses
<b>31 de dezembro de 2022</b>					
Financiamentos	45.918	49.269	45.554	3.715	-
Arrendamentos	186	191	191	-	-
Fornecedores	7.842	7.842	7.842	-	-
<b>Total</b>	<b>53.946</b>	<b>57.302</b>	<b>53.587</b>	<b>3.715</b>	<b>-</b>

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 meses
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
Financiamentos	83.993	94.612	46.385	44.581	3.646
Arrendamentos	696	804	268	268	268
Fornecedores	4.704	4.704	4.704	-	-
<b>Total</b>	<b>89.393</b>	<b>100.120</b>	<b>51.357</b>	<b>44.849</b>	<b>3.914</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de taxa de juros*

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPC e TJLP.

*Perfil*

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	44.473	18.309
Depósitos bancários vinculados		11.718	-
Recebíveis de contratos de concessão	5	110.823	166.147
Acordo de arbitragem a receber da SABESP	5	10.532	18.170
<b>Total</b>		<b>177.546</b>	<b>202.626</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Financiamentos	8	45.918	83.993

*Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme a tabela a seguir:

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição em 2022	Risco	Cenários											
			Provável				Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>														
Aplicações financeiras	44.473	CDI	12,79	5.688	15,99	7.111	19,19	8.534	9,59	4.265	6,39	2.842		
Depósitos bancários vinculados	11.718	CDI	12,79	1.499	15,99	1.874	19,19	2.249	9,59	1.124	6,39	749		
Recebíveis de contratos de concessão	110.823	IPC	7,32	8.112	9,15	10.140	10,98	12.168	5,49	6.084	3,66	4.056		
Acordo de arbitragem a receber da SABESP	10.532	IPC	7,32	771	9,15	964	10,98	1.156	5,49	578	3,66	385		
<b>Passivos financeiros</b>														
Financiamentos	(45.918)	TJPL	7,20	(3.306)	9,00	(4.133)	10,80	(4.959)	5,40	(2.479)	3,60	(1.652)		
<b>Total líquido dos ativos e passivos financeiros</b>	<b>131.628</b>			<b>12.764</b>		<b>15.956</b>		<b>19.148</b>		<b>9.572</b>		<b>6.380</b>		
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>3.192</b>		<b>6.384</b>		<b>(3.192)</b>		<b>(6.384)</b>		

## 14. Imposto de renda e contribuição social diferido

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custos de transação dos financiamentos	-	-	9	31	22	33
Contas a receber líquido – contrato de concessão	-	-	10.972	22.647	11.675	13.183
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	6.509	5.656	(853)	1.742
Ajuste a valor presente arbitragem SABESP	817	1.179	-	-	(362)	(165)
Outras diferenças temporárias	193	440	-	-	(247)	(505)
	1.010	1.619	17.490	28.334	10.235	14.288
Compensação (*)	(1.010)	(1.619)	(1.010)	(1.619)	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.480</b>	<b>26.715</b>	<b>10.235</b>	<b>14.288</b>

(\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2022	2021
Resultado do período antes dos impostos	22.559	7.578
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(7.670)	(2.577)
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	324	128
Depreciação	-	309
Incentivos fiscais Lei 11.196/05	377	1.514
Outras	(459)	2.052
Imposto corrente	(17.663)	(12.862)
Imposto diferido	10.235	14.288
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>33%</b>	<b>(19%)</b>

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 15. Receita líquida

Receita líquida	2022	2021
Receita de prestação de serviço da operação	67.860	46.436
Acordo de arbitragem a receber da SABESP	1.954	1.257
Ajuste a valor presente arbitragem SABESP	(420)	(178)
Receita de ativo financeiro	11.166	12.257
Receita de contrato de construção	4.329	8.307
Impostos sobre os serviços prestados	(7.891)	(6.314)
<b>Total</b>	<b>76.998</b>	<b>61.765</b>

## 16. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2022	2021
Serviços de terceiros	(26.183)	(16.988)
Pessoal	(14.335)	(13.798)
Custo de construção	(3.475)	(6.671)
Materiais diretos	(3.951)	(3.122)
Materiais auxiliares	(2.596)	(2.560)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(311)	(251)
Energia elétrica	(665)	(634)
Depreciação e amortização	(356)	(1.304)
Outros	(3.613)	(1.179)
<b>Total</b>	<b>(55.485)</b>	<b>(46.507)</b>
Custo dos serviços prestados	(42.982)	(33.727)
Despesas administrativas e gerais	(12.503)	(12.780)

## 17. Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.160	646
Juros de aplicações financeiras	5.401	660
Outras receitas financeiras	1.525	764
<b>Total</b>	<b>8.086</b>	<b>2.070</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(6.187)	(7.794)
Juros sobre arrendamentos	(47)	(77)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	(9)
Outras despesas financeiras	(809)	(1.984)
<b>Total</b>	<b>(7.043)</b>	<b>(9.864)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>1.043</b>	<b>(7.794)</b>

## 18. Partes relacionadas

### a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Em contas a receber e a pagar e financiamentos</b>	(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 7 e 8)	(Nota 7 e 8)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC (a)	-	-	-	-	(2.688)	(2.544)
Repasses de recursos e custos - CSC (b)	268	238	131	131	80	74
Financiamentos - BNDES (c)	-	-	45.918	83.993	(6.187)	(7.794)
Conta corrente (d)	2.153	3.210	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(9)
Circulante	268	238	42.373	38.923	-	-
Não circulante	2.153	3.210	3.676	45.201	-	-
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>3.448</b>	<b>46.049</b>	<b>84.124</b>	<b>(8.795)</b>	<b>(10.273)</b>

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio.

(b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e sua controladora.

(c) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12.

(d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e a sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração foi contabilizada nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas administrativas e gerais” e compreendem:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	1.694	2.078
Participação nos lucros e resultados	1.412	1.069
Benefícios diretos e indiretos	88	115
<b>Total</b>	<b>3.194</b>	<b>3.262</b>

19. Cobertura de seguros

A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A diretoria revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

## **20. Compromissos**

### Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 2 de março de 2009.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

**Composição da Diretoria**

**Presidente do Grupo**

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão

**Diretoria**

Mateus Banaco  
Mirian Guillen Sampaio

**Contador**

Fabício dos Santos Teixeira  
CRC/SP nº 1SP347408/O-9